



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, nos Edifícios Sede e Anexos I e II e demais unidades da Justiça Eleitoral deste Tribunal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, nos Edifícios Sede e Anexos I e II e demais unidades da Justiça Eleitoral deste Tribunal.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A contratação em tela envolve serviços de natureza continuada, necessários à manutenção da rede interna de telefonia do TRESA e demais Unidades da Justiça Eleitoral, configurando e instalando ramais, e realizando junto à central telefônica as configurações necessárias para funcionamento dos ramais e linhas diretas.

A execução indireta dos aludidos serviços é conveniente por se tratar de atividade comum e não-finalística, bem como pela inexistência, no Quadro de Pessoal deste Órgão, de servidores cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas neste Projeto Básico.

A interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades e a contratação deve se estender por 12 (doze) meses e de forma contínua.

A escolha deste modo de prestação de serviço, com pessoal residente, se deve a necessidade de um pronto atendimento, principalmente em ano eleitoral, uma vez que a adoção de medidas deve ser de forma eficiente e rápida, a fim de não comprometer a comunicação nas atividades relacionadas à eleição.

Dessa forma, podemos concluir que a solução de contratação adotada neste momento é a que mais atende as necessidades da Administração.

2.2. Objetivos e Benefícios

Por meio desta contratação, se poderá prover os recursos e ações necessários para manter-se em perfeito funcionamento os ramais telefônicos e central telefônica do TRESA, a fim de permitir o bom atendimento prestado pela Justiça Eleitoral.

Os resultados pretendidos serão observados por meio do controle de execução de requisições de serviços, via sistema próprio, exigindo-se sempre o emprego da melhor técnica de execução, com observação das normas técnicas de execução e segurança aplicáveis, buscando racionalização e economia no emprego dos recursos disponíveis, podendo ser observados aspectos como:

- I – resultados alcançados em relação à empresa contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
- II – recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III – qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV – adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V – cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- VI – satisfação do público usuário.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A mensuração dos resultados será avaliada através de critérios estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço - ANS, no qual serão definidos os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações no pagamento da contratada, pois o preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto desta contratação referir-se-á à execução com a qualidade mínima exigida, por conseguinte, a execução dos serviços contratados que não atinjam os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

2.3. Alinhamento Estratégico

Trata-se de atividade de suporte, na prestação de serviços técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, para o TRESA.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram inseridos no PAE 14.548/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda estimada de serviços anual está expressa em horas na tabela abaixo:

ATIVIDADES	TOTAL DE HORAS
Serviços de Técnico em Telecomunicações	2.112

A contratação contempla o alcance de resultados concretos na prestação do serviço com uma produtividade capaz de satisfazer a demanda. Dentro disso, de modo a permitir que os licitantes possam formular precisamente suas propostas, na tabela abaixo é demonstrada a produtividade exigida para atendimento da demanda:

DESCRIÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR FUNCIONÁRIO / ANO

PROFISSIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	Qtde.	Funcionário	Ano
1 funcionário: 12 meses x 22 dias/mês x 8 horas/dia = 2.112 horas	1	Funcionário	2.112 horas

De acordo com a produtividade estimada, avaliada como a necessária para a execução dos serviços, inicialmente a previsão para atendimento é a composta por uma força de trabalho de 1 (um) profissional de telecomunicações.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Os serviços a serem executados devem ser regulares e de pronto atendimento, envolvem todas as ações pertinentes aos serviços de telefonia e consistem fundamentalmente, mas não de forma exaustiva, nas seguintes atividades:

- a) Instalar e configurar as centrais telefônicas, à exceção da central do prédio-sede do TRES.
- b) Instalar, configurar e realizar a manutenção de equipamentos nos terminais de telefonia.
- c) Analisar e implementar circuitos eletrônicos analógicos e digitais voltados às telecomunicações.
- d) Apoiar na operação e manutenção do software de suporte ao funcionamento da central telefônica do prédio sede.
- e) Diagnosticar problemas associados à transmissão analógica e digital em redes internas de telefonia.
- f) Apoiar tecnicamente na compra de aparelhos telefônicos.
- g) Instalar e conduzir grupo para instalação de redes telefônicas.
- h) Realizar manutenção em redes telefônicas internas e externas.
- i) Operar equipamentos de comutação de telefonia fixa e celular.
- j) Abertura e cancelamento de contas dos usuários.
- k) Geração de relatórios mensais e anuais.
- l) Realizar instalações e remanejamentos de ramais e pontos telefônicos.
- m) Confeção de cabos para o padrão de telefonia (RJ11 e RJ45).
- n) Efetuar a troca de aparelhos telefônicos nas estações de trabalho.
- o) Manutenção preventiva e corretiva de rede telefônica, incluindo conserto ou substituição de fiação, tomada, *plug* e outros dispositivos telefônicos.
- q) Realizar outras atividades correlatas.

Os serviços serão prestados mediante pronto atendimento da demanda via requisições de serviços emitidas pelas diversas unidades, como também por solicitação da fiscalização do Contrato.

As ordens de serviços serão repassadas ao preposto da empresa, que poderá ser o profissional que compõe a força de trabalho, o qual ficará encarregado de distribuir a tarefa e reportar ao fiscal do contrato acerca da execução das atividades.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O repasse das informações pelo preposto, sobre os serviços realizados, será registrado pela Contratada, informando sobre a conclusão dos serviços e descrição do problema.

Os serviços a serem prestados deverão respeitar os preceitos das normas e legislação vigentes, relativas ao assunto. Todo serviço rejeitado pela fiscalização deve ser imediatamente refeito com a qualidade mínima exigida, assim como nas normas correlatas.

Os materiais e peças de reposição serão fornecidos pelo TRESC, conforme condições e especificações próprias.

Os equipamentos e ferramentas necessários aos serviços são de responsabilidade única e exclusiva da empresa Contratada, sem ônus para o TRESC.

Os materiais disponibilizados pelo fiscal para execução dos serviços deverão ser empregados obedecendo-se às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia do profissional prestador do serviço.

Os serviços serão prestados pelo profissional em horário a ser definido pela fiscalização do Contrato, compreendendo o horário de 08:00h às 20:00h, de segunda a sexta-feira, ou ainda, por meio de horas extras, em períodos noturnos ou em sábados, domingos e feriados, quando a natureza do serviço assim exigir. Em havendo necessidade de serviços adicionais a empresa será remunerada na forma de pacotes adicionais de serviço.

Os serviços serão sempre executados de modo a não interferir, interromper ou prejudicar o andamento normal das atividades da Justiça Eleitoral local.

Os serviços serão realizados no prédio-sede e edifícios anexos I e II deste Tribunal (Florianópolis), no Depósito Multiuso de Palhoça/SC, nos 98 (noventa e oito) Cartórios Eleitorais de todo o Estado de Santa Catarina, e, eventualmente, nos demais imóveis que estiverem sendo utilizados pelo TRESC no Estado de Santa Catarina.

2.7.1 Da qualificação da mão-de-obra

O profissional deverá ter formação técnica de nível médio na área de telecomunicações, com experiência comprovada, que abranjam das atividades definidas neste documento.

O técnico em telecomunicações deverá possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.

2.7.1.1. Habilitação Técnica:

O técnico em telecomunicações deverá possuir registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, ou no Conselho dos Técnicos Industriais, dentro de seu prazo de validade.

2.7.2 Serviços adicionais

Visando reduzir o custo com mão-de-obra ociosa e de suprir complementarmente a demanda estimada, com o atendimento às demandas sazonais características da prestação do serviço eleitoral, a contratação poderá prever solicitações de execução de serviços adicionais, já contemplados na estimativa acima, na forma de pacotes, conforme tabela abaixo, os quais poderão ser realizados em dias úteis dentro e/ou fora do horário de expediente normal de trabalho dos profissionais, inclusive nos sábados, domingos e feriados, e, ainda, em horários noturnos. Esses serviços serão requisitados à Contratada pela gestão do contrato observando-se o seguinte:

PACOTES ADICIONAIS DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ESTIMADO – ESTIMATIVA ANUAL

PACOTE	Serviços de telecomunicações prestados em situações excepcionais (mudanças, eleições, etc.)	(h)	259 horas
--------	---	-----	-----------

A CONTRATADA não poderá alegar indisponibilidade de Profissionais para atendimento dos pacotes adicionais solicitados pela CONTRATANTE, devendo possuir quadro técnico suficiente para atender eventual demanda de profissionais na área acima mencionada.

2.8. Parcelamento e Adjudicação

Tratando-se de objeto único não há possibilidade de parcelamento. A adjudicação será do único item a ser contratado.

2.9. Seleção do fornecedor

2.9.1. Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula, conforme demonstrado abaixo:

$$P_{TOTAL} = PM + (P1_E \times 21,58) + (TD \times 1,4)$$

Legenda:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

P_{TOTAL} = preço final mensal (valor estimado)

PM = preço mensal para prestação do serviço;

P_{1E} = preço Pacote Adicional 1 para o técnico em telecomunicações;

TD = taxa diária de deslocamento técnico em telecomunicações = alimentação + hospedagem + TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado, **inclusive eventuais horas extras ocorridas no traslado**. Será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento dos profissionais para os imóveis do interior, a fim de custear todas as despesas – ressalvado o disposto no item 2.9.4.1.

2.9.2. Os pesos foram definidos pela média anual dos pacotes e a quantidade de deslocamentos no ano de 2020, para se chegar ao número mensal.

2.9.3. Em caso de necessidade de deslocamento do profissional de telecomunicações para atendimento às Zonas Eleitorais do interior, o traslado será realizado em veículo do TRESP.

2.9.4. O deslocamento será realizado sempre que necessário, no horário definido pela Contratante, o que não significa que ocorrerá dentro das 40 horas semanais. A Contratada deverá utilizar a taxa diária de deslocamento para custear eventuais despesas com pagamento de horas-extras aos funcionários durante os deslocamentos fora do horário de expediente - o TRESP em hipótese alguma irá utilizar os pacotes descritos no subitem 2.7.2 para remunerar o período em que os técnicos da Contratada estiverem deslocando-se, mesmo que em carro fornecido pelo TRESP.

2.9.4.1. A empresa não fará jus a recebimento da taxa diária de deslocamento quando houver movimentação entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José e Santo Amaro da Imperatriz, constituindo-se o primeiro, a base territorial.

2.9.5. Para a elaboração da proposta, a proponente deverá considerar em seus preços os fatores regionais como alimentação, operacionalidade, hospedagem e outros itens que possam interferir em seus preços.

2.9.6. A empresa proponente deverá apresentar o orçamento com discriminação dos preços unitários e do preço total, com os preços dispostos separadamente, conforme subitem 2.9.1.

2.10 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica: Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, **ou** Conselho Regional dos Técnicos Industriais que comprove atividade relacionada com o objeto, dentro da validade.

c) entregar em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESP, ao gestor, as vias das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) **ou Termos de Responsabilidade Técnica (TRT)** que indicam a realização dos serviços descritos neste Projeto Básico, com a indicação do responsável técnico, devidamente quitadas junto ao CREA-SC **ou ao CRT-04**;

d) emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) **ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica)** descrevendo a execução do serviço contratado;

e) Cópia do documento que comprove vínculo formal do responsável técnico com a licitante. A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- no caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho;
- no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;
- no caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Crea ou no CRT.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10.1 Critérios de Preferência e Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

A contratação será realizada por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12 Impacto ambiental

Não se aplica a esta contratação.

2.13 Conformidade Técnica

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

2.14 Obrigações da Proponente

Recomenda-se verificar a conformidade técnica apresentada nesse Projeto Básico antes da apresentação dos orçamentos.

2.15 Obrigações da Contratante

a) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESA, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da execução do objeto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

b) Em caso de necessidade de deslocamento do profissional de telecomunicações aos imóveis deste Tribunal situados fora da Grande Florianópolis, a Contratante se responsabilizará pelo transporte do prédio-sede do TRESA até o local de execução dos serviços, incluindo o deslocamento para restaurantes e hotéis próximos, em caso de pernoite.

c) Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando a obter os melhores resultados na prestação dos serviços.

d) Fornecer os materiais utilizados habitualmente para execução dos serviços.

e) Efetuar o pagamento à empresa Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no contrato.

f) Notificar a Contratada a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16 Obrigações da Contratada

2.16.1. Fica sob a responsabilidade da Contratada o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

2.16.2. A empresa Contratada deverá fornecer previamente currículo simplificado do profissional a ser disponibilizado, bem como outros documentos necessários, de modo a comprovar a formação e a experiência necessária. O TRESA poderá recusar o empregado que não preencher as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços.

2.16.3. Todo novo profissional disponibilizado pela empresa deve ter o currículo submetido à Seção de Administração de Equipamentos e Moveis antes de iniciar qualquer serviço, a fim de que sejam comprovadas a formação técnica e a experiência.

2.16.4. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.16.5. Responsabilizar-se, em relação ao profissional, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, tais como: salários; adicionais de periculosidade, insalubridade e penosidade porventura existentes; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; uniforme; crachás e outras que venham a ser impostas durante a execução do contrato, em conformidade com o exigido nas normas aplicáveis à categoria e legislação vigentes.

2.16.6. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado, bem como pelas despesas com hospedagem e alimentação do profissional e eventuais horas-extras durante o deslocamento fora do horário de expediente, de modo a não onerar o empregado, em caso de necessidade de deslocamento do profissional para atendimento às Zonas Eleitorais do interior.

2.16.7. Repassar as verbas necessárias ao custeio de seu empregado, em sua respectiva conta bancária, no caso do subitem anterior, em no máximo, 12 (doze) horas a contar da notificação da viagem por parte do TRESA.

2.16.8. Executar os serviços na forma determinada neste Projeto Básico, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela fiscalização.

2.16.9. Responsabilizar-se pela guarda das ferramentas e demais bens que sejam utilizados na execução dos serviços.

2.16.10. Selecionar, treinar e reciclar rigorosamente o empregado que irá prestar os serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.11. A empresa Contratada deverá fornecer uniformes a cada 6 (seis) meses; para o funcionário contratado; que deverá possuir 3 (três) camisas pólo; 3 (três) calças jeans azuis; 2 (duas) botinas com cadarço, reforço frontal anatômico em PVC, confeccionada em couro vaqueta natural hidrofugada, acabamento camurça (nobuck), na cor preta, com forro frontal e lateral em couro semi acabado, palmilha de construção em couro natural fixada por processo strobel, solado bi densidade com duas camadas, formato antiderrapante com amortecedor contra impactos e 2 (duas) jaquetas de moletom com a mesma cor, sempre com a identificação da empresa.

2.16.12. Responsabilizar-se pelo transporte de seu empregado até o local de trabalho – com exceção do transporte previsto no subitem 2.15, b, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário).

2.16.13. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o TRESC, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.16.14. Atender aos pacotes adicionais, conforme item 2.7.2, no prazo máximo de 1 (uma) hora nas situações emergenciais e 24 (vinte e quatro) horas nos demais casos, a contar da solicitação da fiscalização.

2.16.15. A Contratada deverá fornecer ao profissional disponibilizado ao TRESC, inclusive o oriundo de pacote adicional, todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços.

2.16.16. Manter preposto no local da execução dos serviços durante o expediente dos profissionais, conforme determinação da Fiscalização, sem ônus adicional ao TRESC, para representá-la na execução do contrato, conforme previsto no art. 68 da Lei n. 8.666/1993, observado o seguinte:

2.16.16.1. A indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, devendo o respectivo documento ser entregue ao TRESC em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

2.16.16.2. O preposto poderá fazer parte da força de trabalho disponibilizada, e deverá assumir a responsabilidade pelos serviços até o aceite do gestor e, ainda, deter poderes para deliberar sobre qualquer determinação da Fiscalização que se torne necessária; como também a responsabilidade exigida no subitem 2.17.10.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.17. Manter seu empregado sujeito às normas administrativas do TRESA.
- 2.16.18. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, bem como quanto à segurança e à medicina do trabalho.
- 2.16.19. Responder por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, o seu profissional causar a terceiros ou ao TRESA.
- 2.16.20. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRESA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.
- 2.16.21. Comprovar, sempre que solicitado pelo TRESA, a quitação das obrigações trabalhistas.
- 2.16.22. Manter o empregado e preposto em serviço, devidamente identificados por crachá com fotografia recente e uniformizados.
- 2.16.23. Substituir, sempre que exigido pelo TRESA, o empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do TRESA ou ao interesse do Serviço Público.
- 2.16.24. A substituição de profissional, no caso retromencionado, deverá ser processada pela empresa imediatamente após comunicação e aprovação da GESTÃO.
- 2.16.25. Cumprir as normas de segurança vigentes, assim como aquelas oriundas da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, devendo zelar pela segurança de seus funcionários, fiscalizar e orientá-los quanto à utilização de equipamento de proteção individual (EPI) sempre que necessário.
- 2.16.26. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado em serviço, acidentado ou com mal súbito.
- 2.16.27. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências de qualquer edificação do TRESA ou à disposição deste.
- 2.16.28. Diligenciar para que seu funcionário trate o pessoal da Fiscalização e demais servidores do TRESA com atenção e urbanidade, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados.
- 2.16.29. O funcionário da Contratada que prestar serviços nas dependências do TRESA deve zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores e visitantes.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.30. Durante a realização dos serviços, a Contratada deverá facilitar em tudo o que dela depender o trabalho da Fiscalização, acatando imediatamente ordens, decisões e observações emanadas desta.

2.16.31. Iniciar a execução dos serviços sempre com a identificação prévia do funcionário responsável.

2.16.32. Apresentar fatura separada quanto à prestação dos serviços mensais e, para a execução dos serviços de hora-extra e deslocamentos.

2.16.33. Não subcontratar os serviços objeto desta contratação.

2.16.34. Levar imediatamente ao conhecimento da Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis.

2.16.35. Evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços, programando adequadamente as atividades executivas.

2.16.36. manter registro de ponto para controle da jornada do funcionário.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.7 “Caracterização e Composição do Objeto”.

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2 Códigos SIASG

Código: 25.631.

3.1.3 Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/08/2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Considerando que a contratação poderá se estender por mais de um exercício financeiro, a Contratada terá direito ao reajuste do contrato.

3.2 Modelos de Documentos

Os modelos de documentos utilizados ao longo do contrato pelo Contratante e pela Contratada estão descritos no Anexo II.

Florianópolis, em 11 de maio de 2021.

Karla Besen Schmitz
Integrante Demandante e Técnico

João Batista Sarilho da Silva
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Os serviços são de execução contínua, com faturamento mensal, e serão fiscalizados pela Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

1.1.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio da Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1.3. O acompanhamento de que trata o subitem 1.1.2 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

Os papéis a serem desempenhados pelas partes estão previstos nas obrigações da Contratante e da Contratada.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/08/2022. O início da prestação dos serviços será em 1º de setembro de 2021.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato de prestação de serviços técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, no prédio sede e edifícios anexos I e II deste Tribunal, e demais unidades da Justiça Eleitoral.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os serviços são de execução contínua, com faturamento mensal, e serão fiscalizados pela Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou seu superior imediato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.6.Recebimento Provisório e Definitivo

A empresa deverá apresentar, mensalmente, a nota fiscal dos serviços, a qual será conferida e atestada pelo setor competente:

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7.Pagamento

O pagamento será feito em favor da empresa contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8.Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9.Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10.Qualificação Técnica



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.1. O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.1.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.11.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta contratação, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.2.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “f” do subitem 1.11.2 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.3. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

1.11.4. Situações, ainda, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento contratual, para fins de aplicação de penalidades:

a) Durante os três meses que antecedem o pleito eleitoral, caso os serviços prestados pela Contratada incidam na Faixa 4 (quatro) da “Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios” deste Projeto Básico, por um mês, a situação será considerada de natureza GRAVÍSSIMA, sujeitando a Contratada à multa de 10% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto relativo à tabela mencionada;

b) A inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas e das contribuições sociais (INSS e FGTS) será considerada situação de natureza GRAVE, sujeitando a Contratada à multa de 5% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto relativo à tabela mencionada;

c) Na hipótese de incidência dos serviços prestados pela Contratada na Faixa 4 (quatro) da “Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios”, deste Projeto Básico, por dois meses consecutivos, ou três meses alternados, no mesmo exercício financeiro, a situação será considerada de natureza GRAVE, sujeitando a Contratada à multa de 5% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto relativo à tabela mencionada;

d) O subdimensionamento da prestação dos serviços em decorrência da falta de pessoal sujeitará a contratada à multa de 0,25% sobre o valor da fatura, por profissional faltante ao dia, sem prejuízo do desconto relativo à tabela de falhas e efeitos remuneratórios e da aplicação das demais penalidades contratuais;

e) O subdimensionamento da prestação dos serviços em decorrência da falta de pessoal por intervalo de tempo inferior a 1 (um) dia sujeitará a contratada à multa de 0,1% sobre o valor da fatura, por hora profissional faltante ao dia, até o limite de 0,25% ao dia, situação em que será aplicado o disposto no item anterior, sem prejuízo do desconto constante da tabela mencionada e da aplicação das demais penalidades contratuais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) O subdimensionamento da prestação dos serviços em decorrência da falta de fornecimento de pacote adicional sujeitará a contratada à multa correspondente ao valor do respectivo pacote, sem prejuízo do desconto constante da tabela mencionada e da aplicação das demais penalidades contratuais;
- g) Caso o subdimensionamento na prestação dos serviços se limite a 0,5% sobre o valor da fatura principal ou a 8 (oito) pacotes adicionais referentes a hora ou 1/30 relativos a pacotes mensais, em relação à fatura suplementar, durante o mês de referência, a situação será considerada de natureza LEVE, sujeitando a Contratada à penalidade de advertência, sem prejuízo do desconto estabelecido na tabela mencionada e da aplicação das demais penalidades contratuais;
- h) Caso haja descumprimento dos demais deveres da Contratada, ressalvados aqueles fixados no Acordo de Nível de Serviço, a situação será considerada de natureza LEVE, sujeitando a Contratada à penalidade de advertência;
- i) Caso o desconto da fatura relativo à alínea “d” alcance 10% do valor da fatura, será considerada situação de natureza GRAVÍSSIMA e, em se tratando de reincidência tal fato pode implicar rescisão contratual;
- j) Havendo reincidência nas situações ensejadoras de penalidade, a Contratada será penalizada com base na situação de natureza imediatamente superior, sem prejuízo do desconto relativo à Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios e, em se tratando de reincidência de situação GRAVÍSSIMA, tal fato pode implicar rescisão contratual;
- k) Aplicar-se-á o disposto nas alíneas “d” e “e” tanto aos profissionais previstos na demanda do item 2.5, quanto aos fornecidos para atendimento dos pacotes adicionais; e
- l) Para efeito das multas prevista neste anexo serão consideradas as faturas principal e suplementar, em relação aos respectivos subdimensionamentos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e 2) aplicar a dedução prevista na Res. TSE n. 23.234/2010 no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nos termos do artigo 16 da Res. TSE n. 23.234/2010, nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRESC poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos do art. 31, § 1º, da Res. TSE n. 23.234/2010, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, no prédio sede e edifícios anexos I e II deste Tribunal, e demais unidades da Justiça Eleitoral.

1.1 Relação de Falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços do profissional de telecomunicações, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: _____ / _____

Total de Ocorrências:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS	
FALHA 1	Inobservância da utilização de uniforme, uso de uniforme incompleto, uniforme excessivamente danificado ou falta de utilização de crachá com fotografia recente.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato.
OBSERVAÇÃO: No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falhas registradas corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem num mesmo dia.	
Total de Ocorrências:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Falta de zelo pelas máquinas, equipamentos, ferramentas e materiais do TRESP.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato.
OBSERVAÇÃO: A falta de cuidado com cada equipamento, ferramenta ou material será considerada falha individual, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Total de Ocorrências:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Falta de zelo e/ou falhas na execução dos serviços pelos profissionais disponibilizados.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato, que anotará o tipo de falha, que pode ser evidenciada por reclamações via e-mail.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, ou seja, a cada falta corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.

Total de Ocorrências:

Data da ocorrência	Descrição sintética

FALHA 4	Deixar instalações desorganizadas, inclusive locais de execução do serviço, não arrumando e estocando incorretamente os materiais e ferramentas utilizadas.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato, que anotará o tipo de falha, que pode ser evidenciada por reclamações via e-mail.

OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada ambiente em desacordo e a cada dia em que for verificado o fato, corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.

Total de Ocorrências:

Data da ocorrência	Descrição sintética

FALHA 5	Deixar de atender prontamente aos Chamados, sempre que houver técnico ou profissional ocioso.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.

OBSERVAÇÃO: A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.

Total de Ocorrências:

Data da ocorrência	Descrição sintética

FALHA 6	Falta de atenção, urbanidade e cordialidade no trato com os servidores e usuários, bem como insatisfação do usuário com serviço por ele solicitado.
----------------	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.	
Total de Ocorrências:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 7	Não fiscalizar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) aos empregados em serviço, <u>quando necessário</u> .
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data. No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falhas registradas corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem no mesmo serviço.	
Total de Ocorrências:	
Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

TABELA DE EFEITOS REMUNERATÓRIOS (FATOR DE ACEITAÇÃO)

Falha	1	2	3	4	5	6	7	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências								
Tolerância (-)	1	1	1	1	1	1	1	
Excesso falhas (=)								
Peso (X)	6	8	8	6	10	10	8	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Número corrigido (=)								

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de profissional de telecomunicação:

Faixa 01 – Fator de Aceitação de 01 a 20: 98,5% de avaliação dos serviços
Faixa 02 – Fator de Aceitação de 21 a 40: 97% de avaliação dos serviços
Faixa 03 – Fator de Aceitação de 41 a 60: 95% de avaliação dos serviços
Faixa 04 – Fator de Aceitação de 61 a 80: 90% de avaliação dos serviços
Faixa 05 – Fator de Aceitação de 81 a 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato

A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PLANO DE TRABALHO

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, nos Edifícios Sede e Anexos I e II e demais unidades da Justiça Eleitoral deste Tribunal.

2. Equipe de Planejamento

Integrante Demandante	Karla Besen Schmitz
Substituto	Márcia Valéria Motta Nascimento
Integrante Técnico	Karla Besen Schmitz
Substituto	Márcia Valéria Motta Nascimento
Integrante Administrativo	João Batista Sarilho da Silva
Substituto	Geraldo Luiz Savi Júnior

3. Necessidade / Motivação

A necessidade de prestar, nos diversos setores desta Casa, os serviços de técnicos de telecomunicações, com enfoque em telefonia, com a rapidez e eficiência necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral, bem como o atendimento a todas as ZEs e demais unidades da Justiça Eleitoral.

4. Justificativa

A contratação em tela envolve serviços de natureza continuada, necessários à manutenção da rede interna de telefonia do TRES e demais Unidades da Justiça Eleitoral, configurando e instalando ramais, e realizando junto à central telefônica as configurações necessárias para funcionamento dos ramais e linhas diretas.

A execução indireta dos aludidos serviços é conveniente por se tratar de atividade comum e não-finalística, bem como pela inexistência, no Quadro de Pessoal deste Órgão, de servidores cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas neste Projeto Básico.

A interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades e a contratação deve se estender por 12 (doze) meses e de forma contínua.

A escolha deste modo de prestação de serviço, com pessoal residente, se deve a necessidade de um pronto atendimento, principalmente em ano eleitoral, uma vez que a adoção de medidas deve ser de forma eficiente e rápida, a fim de não comprometer a comunicação nas atividades relacionadas à eleição.

Dessa forma, podemos concluir que a solução de contratação adotada neste momento é a que mais atende as necessidades da Administração.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Valor estimado

O valor mensal atualmente pago é de R\$ 6.004,40, para a prestação de serviços de 1 profissional, com carga horária de 40h semanais.

O valor do pacote adicional de trabalho é de R\$ 52,88.

O valor da taxa de deslocamento é de R\$ 368,04.

6. Demanda prevista e quantidade a ser contratada

Estima-se a quantidade adequada de profissionais para atender às necessidades do TRESP em 1 (um) profissional com carga de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no horário das 7 às 20 horas.

7. Resultados e benefícios esperados

Por meio desta contratação, se poderá prover os recursos e ações necessários para manter-se a funcionalidade dos bens e equipamentos e a melhor adequação dos locais, com ambientes montados de forma a permitir o bom atendimento prestado pela Justiça Eleitoral.

Os resultados pretendidos serão observados por meio do controle de execução de requisições de serviços, via sistema próprio, exigindo-se sempre o emprego da melhor técnica de execução, com observação das normas técnicas de execução e segurança aplicáveis, buscando racionalização e economia no emprego dos recursos disponíveis, podendo ser observados aspectos como:

I – resultados alcançados em relação à empresa contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;

II – recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III – qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV – adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V – cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI – satisfação do público usuário.

A mensuração dos resultados será avaliada através de critérios estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço - ANS, no qual serão definidos os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações no pagamento da contratada. Pois, o preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto desta contratação referir-se-á à execução com a qualidade mínima exigida, por conseguinte, a execução dos serviços contratados que não atinjam os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.